



MPMT tem novo procurador-geral de Justiça



LEIS PENAIIS: projeto que dá autonomia aos estados é aprovado na CCJ

RDM 3 PODERES

EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO

Mato Grosso

ANO XXVIII
EDIÇÃO Nº 95
DEZEMBRO/2024

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE



Nota A+:

Mato Grosso é referência nacional em gestão fiscal



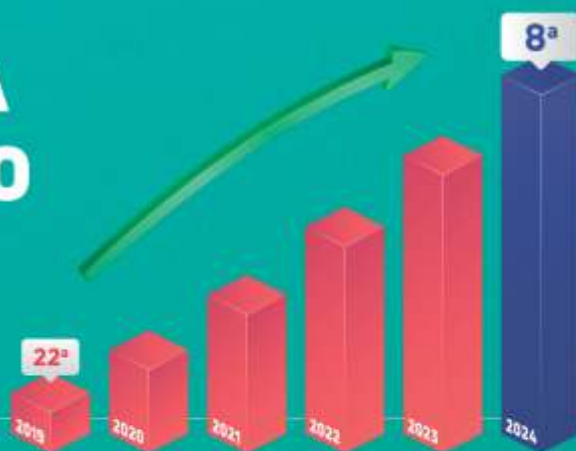


Enis da Silva

Professora da Rede Estadual

IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



*Resultado do IDEB Ensino Médio

**EDUC
AÇÃO**
10 anos



**Governo de
Mato
Grosso**

Novos rumos para Cuiabá e Mato Grosso

Esta é a nova edição da revista RDM 3 Poderes MT, com notícias sobre o Executivo, Legislativo e Judiciário mato-grossenses. Aqui vocês podem se informar sobre assuntos relevantes e atuais do nosso estado. Nesta edição, trouxemos destaques como a gestão fiscal e estratégia do Governo do Estado, que transformou a situação das contas públicas e alcançou a nota A+ no Tesouro Nacional. E ainda, o novo comando do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), com o promotor Rodrigo Fonseca como o mais novo procurador-geral do Estado.

Conferiram as páginas da 3 Poderes MT. Aproveitem a leitura!

Atenciosamente,



Vanessa Moreno
editora da RDM 3 Poderes Mato Grosso

SUMÁRIO

www.3poderesmatogrosso.com.br

DEZEMBRO DE 2024 | EDIÇÃO 95

- 04 | **Opinião** | Gisele Nascimento
- 06 | **Bastidores da República**
- 08 | **Executivo em Ação**
- 10 | **Direito, Justiça e Cidadania**
- 12 | **Legislativo em Movimento**
- 14 | **Gestão fiscal estratégica em Mato Grosso**
- 18 | **Novo Comando do MPMT**
- 20 | **Autonomia dos estados**
- 22 | **Balanço da gestão de Abílio Brunini**
- 24 | **ALMT recebe Selo Diamante de Transparência Pública**
- 26 | **Defesa da Criança e do Adolescente**
- 28 | **Mais acesso a especialistas**
- 30 | **Diálogo com produtores culturais**



22 | BALANÇO
Abílio terminará mandato com 574 projetos de lei e legado de equoterapia no SUS

ANO XXVIII | EDIÇÃO 95
DEZEMBRO / 2024

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Dias da Fonseca

DIRETORA EXECUTIVA
Shelvy Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

REDAÇÃO
Repórter: Jean Gusmão

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelvy Pereira, Vanessa Moreno e Márcio Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
Gisele Nascimento, Agência Câmara de Notícias e Assessorias.

FOTOGRAFIA
Reproduções, Arquivos pessoais e Assessorias.

RDM 3 PODERES MT NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNNEN GALITZKI

A REVISTA RDM 3 PODERES MATO GROSSO É UMA PUBLICAÇÃO



Os desafios para se aposentar

Como driblar as regras e garantir o melhor benefício? Essa pergunta ecoa entre milhares de trabalhadores que enfrentam a complexidade do sistema previdenciário brasileiro. Com mudanças frequentes na legislação e requisitos cada vez mais rigorosos, alcançar a tão sonhada aposentadoria exige mais do que tempo de contribuição e idade mínima. É preciso planejamento, conhecimento das normas e estratégias jurídicas adequadas.

Como é sabido, promulgada em novembro de 2019, a Emenda Constitucional 103 alterou profundamente o sistema previdenciário brasileiro, introduzindo regras de transição e critérios mais rigorosos para a concessão de aposentadorias. Entre os principais impactos, destacam-se: idade mínima obrigatória, 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens), além do tempo de contribuição.

Para trabalhadores que já estavam contribuindo antes da reforma, foram criadas regras de transição que visam amenizar o impacto das mudanças. No entanto, essas regras podem ser confusas e demandam análise criteriosa para escolher a melhor opção. O novo cálculo considera a média de 100% dos salários de contribuição, ao invés dos 80% maiores.

Essas alterações das normas previdenciária tornaram mais difícil alcançar a aposentadoria integral, exigindo maior atenção às estratégias de contribuição e comprovação de direitos adquiridos.

Diante disso, o planejamento previdenciário passou a ser uma ferramenta indispensável, que inclui simulação do tempo de contribuição, que é calcular quanto tempo de contribuição já foi acumulado e quanto ainda falta. Nesse quesito, para quem já contribuía antes da reforma, é essencial analisar todas as regras de transição disponíveis e identificar a mais vantajosa. É de extrema importância, igualmente, analisar todos os períodos trabalhados – revisando toda a vida laboral para garantir que todos os períodos de trabalho foram corretamente computados – com o fito de evitar as surpresas no momento do requerimento do benefício.

O INSS oferece benefícios importantes, cada um com suas especificidades, como

aposentadoria por idade: exige idade mínima, tempo de contribuição e carência mínima de 180 meses, que corresponde a (15 anos). Aposentadoria especial, que é aquela voltada para trabalhadores expostos a agentes nocivos, e necessário comprovar exposição de forma habitual e permanente, além de cumprir os critérios de idade mínima e contribuição. Aposentadoria rural, que requer comprovação de atividade rural por meio de documentos como declarações de sindicatos, contratos de arrendamento ou outros comprovantes de trabalho no campo, entre muitos outros, e benefícios por incapacidade - como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez - que demandam comprovação por perícia médica, entre outros.

Para quem deixou de contribuir em algum momento, é possível regularizar contribuições em atraso. Contudo, é necessário observar os seguintes pontos: contribuinte individual e facultativo - podem recolher atrasados, mas há prazos e condições específicas. Contribuições superior a cinco anos exigem comprovação de exercício de atividade. Empregado e trabalhador avulso - a responsabilidade pelo recolhimento é do empregador.

O planejamento previdenciário passou a ser uma ferramenta indispensável, que inclui simulação do tempo de contribuição, que é calcular quanto tempo de contribuição já foi acumulado e quanto ainda falta

Caso os valores não tenham sido pagos, é possível requerer a inclusão do período, apresentando documentação comprobatória.

Nesse sentido, você já sabe quanto tempo de contribuição tem acumulado?

A aposentadoria exige muito mais do que simplesmente completar idade e tempo de serviço. É fundamental estar atento às regras vigentes, simular o benefício futuro e planejar-se com antecedência para garantir o melhor resultado.

O acompanhamento de um advogado especialista em direito previdenciário pode ser decisivo. Este profissional tem o conhecimento técnico para analisar documentos, orientar sobre estratégias de contribuição e defender seus direitos, garantindo que você receba o benefício mais justo e adequado ao seu perfil. ■

*Gisele Nascimento é advogada especialista em direito previdenciário

**Você sabia que antes
de contratar nosso
sistema de alarme,
você recebe a visita
de um de nossos
especialistas de
segurança?**

 **NEWLINE**
SISTEMAS DE SEGURANÇA

Petrobras planeja investir US\$ 111 bi em plano de negócios 2025-29

A Petrobras deu mais detalhes sobre seu plano de negócios, apontando que a diretoria executiva propôs investimentos da companhia entre 2025 e 2029 de US\$ 111 bilhões, montante que ainda precisa ser aprovado pelo conselho de administração da petroleira. A companhia ressalta que a proposta do Plano de Negócios 2025-2029 foi deliberada por sua Diretoria Executiva e será apreciada pelo Conselho de Administração (CA), órgão competente para aprovar a matéria. A proposta do Plano de Negócios 2025-2029 que será apreciada pelo Conselho de Administração prevê, para o próximo ciclo de cinco anos da companhia, além dos investimentos totais de US\$ 111 bilhões, investimentos de cerca de US\$ 77 bilhões no segmento de Exploração & Produção, sendo US\$ 7,9 bilhões em Explora-



Divulgação

ção. A projeção é de produção total de 3,2 milhões de barris equivalentes de óleo e gás por dia (boed), e investimentos de cerca de US\$ 20 bilhões no segmento de Refino, Transporte, Comercialização, Petroquímica e Fertilizantes (RTC).

Clã Bolsonaro tem plano para eleger Flávio como presidente em 2026



Inelegível e sob o risco de ser preso por acusação de tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro já tem seu plano para voltar ao poder, mesmo que indiretamente, nas eleições de 2026. Ele poderá anunciar meses antes do pleito uma chapa tendo como vice o seu filho mais velho, o senador **Flávio Bolsonaro** (PL), mesmo ciente de que não poderá seguir na disputa. A estratégia é semelhante à adotada pelo Partido dos Trabalhadores em 2018, quando Lula foi preso a mando de Sérgio Moro (União-Brasil) na operação Lava-Jato. Na ocasião, o PT anunciou que Fernando Haddad seria vice para depois levá-lo à liderança da chapa com Manuela d'Ávila de vice. Seguindo esse roteiro, Jair sairia de cena quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impedisse o registro da chapa familiar para, em seguida, o Partido Liberal anunciar um vice para Flávio.

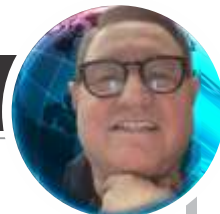
Divulgação

Câmara aprova 13 projetos para combater a violência contra a mulher

A Câmara dos Deputados aprovou, no início de dezembro, 13 propostas relacionadas à campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”. A campanha, realizada neste ano entre os dias 20 de novembro e 10 de dezembro, buscou conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público.



Divulgação



Mais de meio milhão de acordos previdenciários foi homologado

O volume de acordos em processos judiciais ingressados contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atingiu, nos dez primeiros meses de 2024, praticamente o mesmo patamar do total em que houve a concessão do pedido de cidadãos e cidadãs que buscaram o Poder Judiciário para receber algum benefício previdenciário. Em 2.462.076 processos que tiveram o mérito julgado, foram homologados 572.391 acordos. Além desses, foram deferidos 572.709 pedidos. Outros 648.264 foram indeferidos.



Divulgação

DITO & FEITO

"Tudo sugere que estivemos mais próximos do que imaginávamos do inimaginável. O que é possível dizer é que o golpismo, o atentado contra as instituições e contra os agentes públicos que as integram nada tem a ver com ideologia e opções políticas. É apenas a expressão de um sentimento antidemocrático e de desrespeito ao Estado de Direito. Estamos falando de crimes previstos no Código Penal."

Ministro **Luís Roberto Barroso**, presidente do Supremo Tribunal Federal

"Não há espaço no Brasil para ações que atentam contra o regime democrático, e menos ainda, para quem planeja tirar a vida de quem quer que seja. Que a investigação alcance todos os envolvidos para que sejam julgados sob o rigor da lei."

Presidente do Congresso Nacional, senador **Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)

"Agora o perigo de um confronto armado direto entre potências nucleares não pode ser subestimado, o que está acontecendo não tem precedentes, estamos entrando em território militar e político desconhecido."

Sergei Ryabkov, vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia responsável pelo controle de armas e relações com os EUA

"Lá na Presidência havia mais ou menos 3.000 pessoas naquele prédio. Se um cara bola um negócio qualquer, o que eu tenho a ver com isso? Discutir comigo um plano para matar alguém, isso nunca aconteceu", afirmou. "Eu jamais compactuaria com qualquer plano para dar um golpe. Quando falavam comigo, era sempre para usar o estado de sítio, algo constitucional, que dependeria do aval do Congresso."

Ex-presidente **Jair Bolsonaro** negando envolvimento ou conhecimento sobre o plano de assassinato de autoridades revelado pela Polícia Federal



Divulgação

Mato Grosso lidera solvência fiscal no Brasil

Mato Grosso é o líder nacional em solvência fiscal, o que significa que o estado está em excelente posição para gerenciar suas finanças e controlar suas dívidas. De acordo com o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), o índice de solvência fiscal do estado é de -19,80%. Isso demonstra que Mato Grosso gasta menos do que arrecada, permitindo investimentos significativos em áreas como Saúde, Educação e Infraestrutura. O governador Mauro Mendes destacou que a boa gestão fiscal viabiliza o maior pacote de investimentos da história do estado.



Divulgação

Premiação nacional para o Corpo de Bombeiros de Mato Grosso

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso recebeu o Prêmio de Boas Práticas 2024 - Segurança Pública, conquistando o primeiro lugar geral e por estado. A premiação reconheceu a plataforma de monitoramento de incêndios florestais via satélite desenvolvida pelo Batalhão de Emergências Ambientais (BEA). A ferramenta utiliza dados em tempo real para prever incêndios e coordenar respostas rápidas, tornando Mato Grosso referência no combate a incêndios florestais. O prêmio também incluiu R\$ 40 mil e outras vantagens para a equipe vencedora.



Divulgação

Concessão de rodovias estaduais de Mato Grosso

Mato Grosso se prepara para um grande projeto de concessão de mais de 2.100 quilômetros de rodovias estaduais, divididos em seis lotes. O governo estadual anunciou que os leilões para as concessões ocorrerão na Bolsa de Valores de São Paulo em fevereiro de 2025, com investimentos previstos de R\$ 8 bilhões para os próximos 30 anos. O governador **Mauro Mendes** destacou a importância dessas concessões para melhorar a logística e a competitividade do agronegócio local, que superou a marca de 100 milhões de toneladas de grãos.



Divulgação



Divulgação

Crescimento no abate de gado em Mato Grosso

Mato Grosso registrou um aumento de 18,2% no número de abates de gado no terceiro trimestre de 2024, totalizando 1,894 milhão de cabeças. Esse crescimento também foi refletido no aumento de 18% no peso das carcaças. O estado mantém sua liderança na produção e exportação de carne bovina, com exportações que subiram de US\$ 554,62 milhões para US\$ 685,66 milhões. O secretário César Miranda enfatizou que Mato Grosso continua a investir em qualidade e sustentabilidade, consolidando sua importância no cenário global.



Divulgação

Licitação para melhoria do aeroporto de Juína

O Governo de Mato Grosso lançou uma licitação para a execução de obras no aeroporto de Juína, com valor estimado de R\$ 5,4 milhões. As obras incluem o recapeamento da pista de pouso e decolagem, áreas de giro e de táxi, com o uso de Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) para garantir maior segurança nas operações. A licitação será realizada no dia 19 de dezembro e faz parte de um esforço do governo estadual para melhorar a infraestrutura aeroportuária e aumentar a eficiência das operações aéreas no estado.



Divulgação

Combate ao crime organizado em Mato Grosso

Mato Grosso criou o Comitê Integrado e Estratégico de Combate ao Crime Organizado (Ciecco), com a finalidade de reforçar as ações de combate às organizações criminosas. O comitê, presidido pelo governador Mauro Mendes, integra diversas entidades de segurança pública e justiça para implementar o programa Tolerância Zero. A iniciativa inclui medidas como o reforço nas forças de segurança, com novos concursos e delegacias especializadas no combate ao crime organizado, além da criação de coordenadorias para enfrentar a lavagem de dinheiro e a recuperação de ativos.

TJMT lança aplicativo TodoJud: justiça digital ao alcance de todos

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) deu um grande passo em direção à modernização da justiça com o lançamento do aplicativo TodoJud. Disponível para dispositivos Android e iOS, o app permite que cidadãos e advogados consultem processos, acompanhem andamentos, recebam notificações, agendem audiências e realizem diversos outros serviços judiciais de forma simples e intuitiva. Entre as funcionalidades do TodoJud, destacam-se a consulta de processos por número, parte, advogado e assunto, o acompanhamento em tempo real das movimentações processuais e a emissão de certidões. Com essa iniciativa, o TJMT busca proporcionar maior agilidade, transparência e acessibilidade aos serviços judiciais, democratizando o acesso à Justiça.



Divulgação

Programa Solo Seguro regulariza mais de 12 mil títulos em Mato Grosso

O Programa Nacional de Regularização Fundiária - Solo Seguro alcançou uma marca histórica em Mato Grosso, beneficiando mais de 12 mil famílias com a emissão de títulos de propriedade. A iniciativa, coordenada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAF), em parceria com o Incra e os governos estaduais e municipais, visa garantir a segurança jurídica e o acesso à terra para pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais. Em Mato Grosso, a ação foi intensificada em diversas regiões, com o apoio do Governo do Estado e do Tribunal de Justiça, que contribuíram para a regularização de áreas rurais e urbanas.



Divulgação

MP-MT premia inovação e eficiência na resolução de conflitos

O Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) realizou a premiação das melhores práticas de auto-composição, reconhecendo a importância da busca por soluções consensuais para a resolução de conflitos. Os projetos premiados envolveram diversas áreas de atuação do MP-MT, como o consumidor, a infância e a juventude, e demonstraram a criatividade e o empenho dos servidores em encontrar alternativas mais eficientes e humanizadas para a solução de disputas. Entre as iniciativas premiadas, destacaram-se programas de mediação, conciliação e negociação, que contribuíram para a redução da carga processual e para a pacificação social.



Divulgação



MP-MT debate futuro e fortalece compromisso com a sociedade

Em um encontro histórico, membros do Ministério Público de Mato Grosso se reuniram para discutir os desafios e as perspectivas futuras da instituição. O evento contou com a participação de promotores de Justiça, procuradores de Justiça e servidores de diversas áreas, que debateram temas como a importância da inovação tecnológica, a necessidade de fortalecer a atuação do MP-MT na defesa dos direitos da cidadania e a valorização dos servidores. O encontro resultou em um plano de ação com metas e ações concretas para os próximos anos, reafirmando o compromisso do MP-MT com a sociedade mato-grossense.

MP-MT publica obra que garante direitos humanos às vítimas de crimes



O promotor de Justiça Kledson Dionysio de Oliveira e o professor doutor da Universidade Federal de Mato Grosso Valério de Oliveira Mazuolli lançaram, durante o XXV Encontro Estadual do Ministério Público, o livro “Princípio Constitucional da Ampla Defesa da Vítima”, que trata das garantias dos direitos humanos e fundamentais das vítimas de crimes. A publicação, resultado de um trabalho conjunto de promotores de Justiça e especialistas na área, reúne informações sobre os direitos das vítimas, os mecanismos de proteção existentes e as responsabilidades dos órgãos públicos na assistência às pessoas que sofrem com a violência. A obra serve como um guia para operadores do direito, profissionais da área social e para a própria sociedade, contribuindo para a construção de um sistema de justiça mais humano e eficiente.

MP-MT homenageia desembargadores e fortalece parceria com o Judiciário

O Ministério Público de Mato Grosso realizou uma solenidade para homenagear os desembargadores do Quinto Tribunal Constitucional, **Marcos Regenold Fernandes** e **Wesley Sanches Lacerda**, em reconhecimento à importante contribuição para o fortalecimento do sistema judiciário mato-grossense. A cerimônia contou com a presença de autoridades do Judiciário, do Ministério Público e da advocacia, que destacaram a importância da parceria entre as instituições para a garantia da justiça e dos direitos fundamentais. A homenagem também serviu para reafirmar o compromisso do MP-MT em trabalhar em conjunto com o Poder Judiciário em busca de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade.



Defensoria Pública busca apoio para EcoNúcleos

A Defensoria Pública de Mato Grosso apresentou o projeto "Pintando Mato Grosso de Verde", que prevê a construção de 18 EcoNúcleos sustentáveis com custo reduzido, durante reunião na Assembleia Legislativa. Deputados, liderados pelo presidente **Eduardo Botelho**, manifestaram apoio e se comprometeram a incluir a proposta na LOA 2025. As novas unidades, feitas de contêineres com energia solar, atenderão a 79 comarcas do estado e demandarão R\$ 17 milhões. O deputado Carlos Avallone será responsável pela articulação com o Executivo para garantir os recursos.



Divulgação

Deputado destina R\$ 300 mil à saúde de Araguaína

O deputado **Dr. Eugênio de Paiva** destinou R\$ 300 mil ao Fundo Municipal de Saúde de Araguaína para atender às demandas urgentes do setor. Médico e defensor da saúde no Araguaia, o parlamentar destacou seu compromisso com o fortalecimento regional, citando também sua atuação no Hospital Regional Paulo Alemão e no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia (Cisma). Ele reafirmou sua missão de melhorar a saúde pública no estado como forma de promover justiça social.



Divulgação

Botelho pede núcleo da PM para Aguaçu

O deputado **Eduardo Botelho** solicitou a criação de um núcleo da Polícia Militar em Aguaçu, distrito de Cuiabá, por meio da Indicação 1474/24, enviada ao governador Mauro Mendes. A medida busca reforçar a segurança pública e melhorar o atendimento aos moradores. Segundo Botelho, a presença permanente da PM beneficiará a comunidade e os policiais, ampliando a proteção e reduzindo o tempo de resposta a emergências. A proposta foi bem recebida pelos moradores, que destacaram o impacto positivo para o turismo e o lazer na região.



Divulgação



Divulgação

Governo investe na infraestrutura de Vila Rica

O governador Mauro Mendes autorizou a pavimentação de 40 km da MT-431 em Vila Rica, após articulação do deputado Dr. Eugênio de Paiva com lideranças locais e estaduais. A obra faz parte de um pacote de investimentos no Araguaia, que representa 30% das ações do governo estadual. Durante reunião no Palácio Paiaguás, também foram discutidas outras demandas, como a construção de 31 km na MT-326 e a destinação de R\$ 120 mil para equipamentos no centro de reabilitação da cidade. O deputado destacou a importância da infraestrutura para o desenvolvimento regional.



Divulgação

ALMT é finalista do Prêmio Unale Assembleia Cidadã

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) está entre os finalistas do Prêmio Unale Assembleia Cidadã, concorrendo nas categorias Gestão e Atendimento ao Cidadão. Os projetos selecionados incluem a modernização do controle de emendas parlamentares e a oferta de serviços gratuitos no Espaço de Identificação Infantil. O vencedor, no Rio de Janeiro, durante a Conferência Nacional da Unale. A ALMT reafirma seu compromisso com a inovação e o atendimento à população.



Divulgação

Diego Guimarães propõe rede trifásica para áreas rurais

O deputado **Diego Guimarães** (Republicanos) apresentou o Projeto de Lei 1857/2024 para criar o programa MT Trifásico, que visa ampliar a rede elétrica trifásica nas áreas rurais de Mato Grosso. Inspirada em iniciativa do Paraná, a proposta busca modernizar a infraestrutura elétrica e fomentar o desenvolvimento da agroindústria e de pequenos produtores. O programa prevê parcerias com concessionárias e linhas de financiamento para facilitar a adesão. "Queremos garantir uma rede elétrica potente e confiável, incluindo produtores rurais em cadeias produtivas avançadas", afirmou o parlamentar.

O secretário Rogério Gallo disse que antes de assumir a pasta da Fazenda, o cenário em Mato Grosso era assustador. Hoje o estado atingiu a nota A+ no Tesouro Nacional

Gestão fiscal estratégica em Mato Grosso

Secretário de Fazenda **Rogério Gallo** detalha a situação das contas públicas do estado

Da Redação

Mato Grosso, tradicionalmente conhecido por sua força no agronegócio, tem se destacado nos últimos anos por outro motivo: a solidez de suas contas públicas. A entrevista do secretário de Fazenda, Rogério Gallo, ao programa "MT Conectado", revelou os bastidores da transformação do estado, que saiu de uma situação crítica para se tornar referência nacional em gestão fiscal.

Gallo, que está à frente da pasta desde o início do governo Mauro Mendes, em 2018, traçou um panorama detalhado da trajetória de Mato Grosso, mostrando como a combinação de liderança, timing estratégico e medidas eficazes resultou em uma economia dinâmica e próspera.

Em 2018, Mato Grosso se encontrava em uma situação financeira delicada, com uma nota C no Tesouro Nacional, beirando a nota D, a pior classificação. O estado, assim como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, enfrentava uma crise fiscal, com a necessidade urgente de medidas para evitar um colapso.

"Era quase uma terra arrasada", descreveu Gallo, lembrando o cenário desafiador que encontrou ao assumir a pasta.

"Tínhamos que tomar decisões difíceis, que desgastam politicamente no início, mas que são recompensadoras no longo prazo", afirmou.

A primeira ação do governo foi a imple-

mentação de um conjunto de medidas, incluindo ações legislativas, tributárias e administrativas, com foco na responsabilidade fiscal. "O governador Mauro Mendes sempre teve uma obsessão por responsabilidade fiscal e por explicar as coisas em detalhes, de forma simples", explicou Gallo.

A estratégia deu resultado. Em apenas quatro anos, Mato Grosso conseguiu sair da nota C e alcançar a nota A+, a melhor classificação do Tesouro Nacional, que reconhece a transparência, a qualidade da informação contábil e fiscal, e a capacidade de investimento do estado.

"Nós somos um dos poucos estados com nota A+, rivalizando com o Espírito Santo, que era o único estado com essa classificação até três anos atrás", revelou, com orgulho.

Gallo destacou a importância da liderança do governador Mauro Mendes e do vice-governador Otaviano Pivetta, que "lideraram todo o processo para que as medidas necessárias fossem adotadas".

"As decisões foram tomadas nos seis primeiros meses do mandato, logo após as eleições de 2018", afirmou Gallo. "O governador costuma dizer que a primeira pessoa com quem ele conversou após as eleições foi comigo, e conversamos longamente sobre os problemas que assolavam as finanças públicas de Mato Grosso."

A rapidez na tomada de decisões foi crucial para a recuperação fiscal do estado. "A economia de Mato Grosso é muito dinâmica e responde às medidas corretas tomadas no tempo certo", destacou.

Com as contas públicas saneadas, o foco do governo

se voltou para o combate à sonegação fiscal, um problema que causa grande prejuízo aos cofres públicos.

"Nós temos dois grandes programas para combater a sonegação: o Nota MT e o Cira", ressaltou Gallo.

O Nota MT, um programa de cidadania fiscal, incentiva a população a pedir nota fiscal em suas compras, com a possibilidade de ganhar prêmios em dinheiro e contribuir para entidades filantrópicas. "Hoje, temos mais de 700 mil pessoas cadastradas no programa", comemorou.

O Cira, por sua vez, é um centro de inteligência que utiliza dados e tecnologia para identificar e combater fraudes estruturadas. "Com o Cira, conseguimos antecipar comportamentos e agir antes que a sonegação cause um grande dano aos cofres do estado", esclareceu.

A entrevista também abordou o impacto da reforma tributária, que deve entrar em vigor em 2032, e que trará mudanças significativas para o sistema tributário brasileiro.

"O ICMS, que é o principal imposto do estado, vai desaparecer", afirmou. "Nós perdemos uma parcela significativa da arrecadação, o que exige que reinventemos o financiamento público de Mato Grosso."

O secretário destacou a necessidade de investimentos em infraestrutura para garantir a competitividade do estado, especialmente em áreas como energia elétrica, conectividade rural e logística. "Nós precisamos ter um pacote consistente de investimentos até 2032, para que não deixemos um abacaxi para as futuras gerações", alertou.

Outro ponto crucial abordado na entrevista foi a questão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que, segundo Gallo, foi "quebrado" pela reforma tributária.

"O FNDR era um pilar importante para o desenvolvimento dos estados em desenvolvimento, como Mato Grosso", esclareceu. "A reforma tirou o critério de exportação de produtos primários e semielaborados, o que prejudica estados como o nosso, que são grandes produtores".

Gallo criticou a forma como os recursos do FNDR estão sendo distribuídos, com estados do Norte e Nordeste recebendo uma parcela maior, enquanto estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que também estão em desenvolvimento, são prejudicados.



“Nós somos um dos poucos estados com nota A+, rivalizando com o Espírito Santo, que era o único estado com essa classificação até três anos atrás”

"Essa é uma injustiça que precisa ser corrigida", afirmou. "Nós precisamos ter paridade de armas para que a competição seja justa."

EQUILÍBRIO FISCAL

O secretário Rogério Gallo afirmou que o equilíbrio fiscal é um ponto fundamental para garantir que o Estado faça os investimentos necessários para melhorias à população.

"O equilíbrio das contas públicas permite os investimentos que impactam diretamente na vida dos cidadãos, como na infraestrutura, saúde e educação. Hoje, Mato Grosso é um exemplo de que o cami-



O governador Mauro Mendes afirma que é o cuidado com o dinheiro público que permite que Mato Grosso invista em saúde, educação, infraestrutura e outras áreas

inho para crescer passa por esse equilíbrio. Não há outro caminho e os resultados do estado mostram o compromisso desta gestão com o equilíbrio fiscal e investimentos estratégicos", destacou.

De acordo com o Ranking de Competitividades de Estados e Municípios, feito pelo Centro de Liderança Pública (CLP), Mato Grosso é considerado o estado mais sólido financeiramente do país e ocupa o primeiro lugar em equilíbrio fiscal.

A avaliação do CLP analisou a capacidade dos estados de administrarem suas dívidas, com base nos dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do

“Nós precisamos ter um pacote consistente de investimentos até 2032, para que não deixemos um abacaxi para as futuras gerações”

Tesouro Nacional, referentes a 2023.

Em 2023, Mato Grosso consolidou sua posição com o fortalecimento das receitas, fruto de medidas de controle fiscal adotadas nos últimos anos. Esse cenário permitiu a realização de investimentos em infraestrutura, saúde, educação e outros setores estratégicos, sem comprometer a sustentabilidade financeira do estado.

O QUE É SOLVÊNCIA FISCAL?

A solvência fiscal mede a capacidade de um estado de honrar suas dívidas, considerando a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL). Quanto menor o percentual, melhor a saúde financeira de um estado, pois indica que suas receitas regulares são suficientes para pagar dívidas e realizar novos investimentos.

Com a combinação de crescimento expressivo na arrecadação e gestão prudente, Mato Grosso alcançou a liderança nacional nesse indicador, mantendo suas dívidas sob controle.

Essa posição fortalece a imagem do estado como confiável para investidores, demonstrando sua capacidade de honrar compromissos e financiar novos projetos.

Além disso, o destaque no ranking possibilita que Mato Grosso obtenha financiamentos com condições mais vantajosas, garantindo recursos para ampliar obras e serviços essenciais.

MATO GROSSO NO TOPO DO RANKING

O ranking do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), divulgado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), aponta que Mato Grosso é o estado que melhor cuida do dinheiro público, mantendo suas dívidas sob controle.

“É por conta desse cuidado que estamos conseguindo fazer o maior pacote de investimentos da história de Mato Grosso, com grandes obras na saúde, educação, infraestrutura e em todas as áreas. Mato Grosso é um exemplo de Brasil que dá certo!”, disse o governador Mauro Mendes.

O índice de Mato Grosso é de -19,80%, ou seja, é o estado que mais consegue manter suas dívidas sob controle, gastando menos do que arrecada. Também compõem o top 5 do ranking: Espírito Santo (-6,61%), Paraná (-4,82%), Paraíba (-1,16%) e Amapá (4,26%). ■

Novo Comando do Ministério Público de Mato Grosso

Rodrigo Fonseca é escolhido como Procurador-Geral de Justiça

Da **Redação**

Em uma cerimônia realizada na tarde do dia 5 de dezembro, o governador Mauro Mendes oficializou a nomeação do promotor de Justiça Rodrigo Fonseca para o comando do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) no biênio 2025/2027. A escolha de Fonseca ocorreu após um processo eleitoral interno no MP, no qual ele conquistou 207 votos, liderando a lista tríplice encaminhada ao governador.

"Tenho certeza de que o promotor Rodrigo terá todas as condições de desempenhar um excelente trabalho no comando dessa instituição, que possui o dever de zelar pelos interesses da sociedade", afirmou o governador Mauro Mendes durante a solenidade.

Além da escolha do novo Procurador-Geral de Justiça, o MPMT também definiu a composição do Conselho Superior para o próximo biênio. Os procuradores de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho, Paulo Roberto

Jorge do Prado, Adriano Augusto Streicher de Souza, Luiz Eduardo Martins Jacob, Rosana Marra, Antonio Sergio Cordeiro Piedade, Flávio Cezar Fachone, Elisamara Sigles Vodonos Portela e Roberto Aparecido Turin foram eleitos para compor este colegiado, que auxiliará o Procurador-Geral de Justiça em suas atribuições.

O atual corregedor-geral, João Augusto Veras Gadelha, foi reeleito para o cargo, demonstrando a confiança dos membros do Ministério Público em sua atuação.

A eleição para Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral e membros do Conselho Superior foi marcada pela ampla participação dos membros do MPMT. O processo eleitoral ocorreu de forma transparente e democrática, com a apuração dos votos sendo realizada de maneira célere.



Com a posse de Rodrigo Fonseca e a definição da nova composição do Conselho Superior, o Ministério Público de Mato Grosso inicia um novo ciclo, com a expectativa de fortalecer ainda mais sua atuação na defesa dos interesses da sociedade. A gestão de Fonseca terá como desafios dar continuidade aos projetos já em andamento e implementar novas iniciativas, aprimorando a prestação jurisdicional e o combate à criminalidade.

Dentre os principais desafios que



O promotor Rodrigo Fonseca foi escolhido pelo governador Mauro Mendes

Fotos: Divulgação

"Tenho certeza de que o promotor Rodrigo terá todas as condições de desempenhar um excelente trabalho no comando dessa instituição, que possui o dever de zelar pelos interesses da sociedade"

Rodrigo Fonseca terá pela frente estão o aprimoramento da atuação do Ministério Público no combate à criminalidade organizada, o fortalecimento da atuação do MP na fiscalização dos direitos fundamentais e o enfrentamento de questões sociais complexas, como a violência contra mulheres, crianças e adolescentes, além de seguir aprimorando os mecanismos de transparência e participação social.

O MPMT desempenha um papel fundamental na sociedade, atuando

em diversas frentes, como a proteção ao meio ambiente, o combate ao crime organizado, a defesa dos direitos humanos, a fiscalização da atuação de servidores públicos e a defesa dos interesses da sociedade em geral. Nos últimos anos, a instituição obteve importantes resultados, como a redução de índices de violência e a promoção de políticas públicas que garantem o acesso à justiça e aos direitos básicos para a população mato-grossense. ■



CCJ aprova projeto relatado por Coronel Assis

Proposta aprovada permite a estados legislar sobre alguns temas específicos do direito penal; plenário deve analisar

Da Redação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que permite que os estados e o Distrito Federal aprovem leis sobre questões específicas do direito penal. O projeto ainda depende de análise pelo Plenário.

O texto aprovado é substitutivo apresentado pelo relator, deputado Coronel Assis (União-MT), ao Projeto de Lei Complementar 215/19, do deputado Lucas Redecker (PSDB-RS). O texto de Coronel Assis reduziu a abrangência com relação à proposta original.

“Entendemos não ser conveniente

promover a delegação de forma tão ampla como foi feito, revelando-se mais adequado elencar pontos específicos que possibilitem aos estados combater a criminalidade conforme as peculiaridades regionais”, explicou o relator.

De acordo com o texto aprovado, os estados e o Distrito Federal ficam

Comissão aprova proposta que permite a estados legislar sobre alguns temas específicos do direito penal

Fotos: Divulgação

autorizados a legislar sobre as seguintes questões, desde que de forma mais gravosa do que a prevista na legislação federal:

■ **Cominação de penas aos crimes previstos no ordenamento jurídico vigente, respeitando-se o limite de tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade previsto no Código Penal;**

■ **Regimes de cumprimento de pena, suas espécies, regras para fixação do regime inicial e para progressão;**

■ **Requisitos para concessão de livramento condicional, suspensão condicional da pena, suspensão condicional do processo e transação penal;**

“A gente tem que observar as peculiaridades de cada caso. Cada estado tem suas mazelas, suas peculiaridades. Meu estado, por exemplo, do Rio de Janeiro, tem um índice de criminalidade altíssimo. Há estados em que o roubo de carga é altíssimo. Em outros estados, de repente o crime contra o patrimônio é maior. Tendo em vista exatamente essas peculiaridades de cada estado, eu entendo que esse projeto vem em muito boa hora”

■ **Espécies e formas de cumprimento das penas restritivas de direitos;**

■ **Critérios para a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos; e**

■ **Previsão de efeitos genéricos e específicos da condenação.**

Essas mudanças buscam atender à necessidade de respostas mais firmes contra a criminalidade, sem comprometer a uniformidade mínima do sistema jurídico brasileiro.

O texto inicial buscava descentralizar a legislação penal, permitindo que cada unidade da federação pudesse tipificar crimes e contravenções em áreas como crimes contra a vida, patrimônio, liberdade sexual, e tráfico de drogas, entre outros. A justificativa apontava para a heterogeneidade da criminalidade no Brasil, argumentando que soluções regionais poderiam ser mais eficazes no combate ao crime, dadas as peculiaridades de cada estado.

O projeto visava dar autonomia aos estados e ao Distrito Federal para criar leis mais ajustadas às suas realidades locais. Contudo, limitava o alcance da autorização para evitar conflitos com normas federais, como a proibição de legislar sobre crimes hediondos, eleitorais e militares.

O projeto tem gerado debates no Congresso Nacional. De um lado, seus defensores argumentam que a descentralização permitirá uma abordagem mais eficiente e adaptada às realidades locais. Por outro, críticos alertam para o risco de criar um mosa-

ico legislativo que possa dificultar a aplicação do direito penal em casos interestaduais e aumentar a insegurança jurídica.

Além disso, especialistas destacam que a medida exige uma estrutura administrativa reforçada nos estados, algo que muitos deles não possuem atualmente, o que poderia dificultar a implementação prática da lei.

O deputado Patrus Ananias (PT-MG) esteve entre os que se posicionaram contra a proposta. “Eu penso que é uma forma de facilitar a vida criminosa. Nós precisamos de normas no País que unifiquem o Brasil. Para possibilitar, inclusive, caso o marginal, a pessoa envolvida no banditismo, fuja, não fique se perguntando onde a legislação é melhor, para onde é mais fácil fugir. Isso nós vemos em outros países, mesmo nos Estados Unidos”, afirmou.

Já a deputada Chris Tonietto (PL-RJ) defendeu o texto. “A gente tem que observar as peculiaridades de cada caso. Cada estado tem suas mazelas, suas peculiaridades. Meu estado, por exemplo, do Rio de Janeiro, tem um índice de criminalidade altíssimo. Há estados em que o roubo de carga é altíssimo. Em outros estados, de repente o crime contra o patrimônio é maior. Tendo em vista exatamente essas peculiaridades de cada estado, eu entendo que esse projeto vem em muito boa hora”, defendeu Tonietto.

Com a aprovação na CCJ, o substitutivo segue para votação no Plenário da Câmara. Caso aprovado, será encaminhado ao Senado antes de eventual sanção presidencial. ■



Abílio terminará mandato com 574 projetos de lei e legado de equoterapia no SUS

Dados da Câmara dos Deputados indicam que o parlamentar é um dos mais presentes em Brasília

Da Redação

O deputado federal Abílio Brunini (PL) encerrará seu mandato exercido por dois anos na Câmara dos Deputados com 574 proposições legislativas e 26 projetos dos quais foi relator. No biênio 2023/2024, Abílio ainda participou de 470 votações e realizou 202 discursos no plenário. Esses dados podem ser conferidos por qualquer cidadão no site oficial da Câmara dos Deputados.

Um dos projetos de sua autoria considerados mais relevantes pelo parlamentar, que culminou em aprovação pelo plenário, é a Lei 4554/2023, que inclui a

equoterapia como prática terapêutica no Sistema Único de Saúde (SUS).

"Essa é uma iniciativa que muito me orgulha e batalharei pela aprovação em definitivo. É uma política de inclusão que auxilia as mães atípicas", disse Abílio.

Pelo texto aprovado pelos parlamentares, a equoterapia será indicada por médicos, considerando seus benefícios terapêuticos para diversas condições de saúde, incluindo, mas não se limitando a: Transtorno do Espectro Autista (TEA), paralisia cerebral, lesões cerebrais e outras enfermidades que possam se beneficiar desta modalidade terapêutica.

O texto foi remetido ao Senado, onde,

após a aprovação, deve ser sancionado pela Presidência da República.

Abílio também apresentou substitutivo ao Projeto de Lei 1905/2023 com o intuito de ampliar aqueles que serão favorecidos com a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), incluindo o Conselho Federal dos Técnicos (CFT) como agente apto a realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciamentos, agilizando assim a regularização de lotes urbanos.

No dia 1º de janeiro de 2025, ele tomará posse como prefeito de Cuiabá, após ter vencido o segundo turno das eleições de 2024. ■

RDM REDE DE MÍDIAS 28 anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

Alameda Santos, 1817 CJ 112 - Cerqueira Cesar
Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@midia@revistardm.com.br

ALMT recebe Selo Diamante de Transparência Pública

Em Mato Grosso, 288 instituições foram avaliadas e 20 alcançaram o nível máximo de transparência

Da Redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) recebeu o Selo Diamante de Transparência Pública. A certificação é concedida pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), organizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Tribunais de Contas brasileiros. O nível máximo de transparência foi alcançado por 20 instituições em Mato Grosso.

Em 2024, 288 unidades gestoras foram avaliadas por meio do PNTP, das quais 69 foram certificadas com os selos Diamante (20), Ouro (30) e Prata (19). No ciclo anterior (2023), o número de unidades certificadas foi de 45. A ALMT alcançou, após a avaliação deste ano, o índice de transparência de 96,76%. Os dados estão disponíveis no Radar da Transparência Pública.

O deputado estadual Beto Dois a Um (União) representou a Assembleia Legislativa no evento de entrega dos

certificados. Ele destacou os esforços da instituição para cumprir as normas de transparência e, com isso, se manter conectada à população. “O Legislativo estadual tem assumido lugar de protagonismo no crescimento de Mato Grosso. Isso exige cada vez mais comunicação, transparência e proximidade com o público, pautando as ações do Parlamento”, disse o deputado.

Desde 2015, a Secretaria de Controle Interno da ALMT tem promovido adequações no Portal Transparência para melhorar o acesso às informações. Segundo o secretário Newton Evangelista, foi necessário mudar todo o site porque a versão anterior não atendia às exigências da Atricon. “Fomos evoluindo aos poucos e a missão é não retroceder. Na primeira edição, em 2022, recebemos o Selo Prata. São dois anos com o Selo Diamante, o que reforça o compromisso de manter a qualidade na prestação dos nossos serviços enquanto instituição”, reforçou Newton.



Lançado em 2022, o PNTP completa seu terceiro ciclo de atuação e tem como objetivo avaliar os portais das instituições públicas brasileiras a partir dos critérios da Lei de Acesso à Informação. De acordo com o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e coordenador nacional do PNTP, Antônio Joaquim, o programa nasceu do reconhecimento de que a lei estava sendo ignorada por muitos órgãos públicos e da necessidade de sensibilizar os gestores para promoverem as adequações.

“O PNTP é mais uma forma de fortalecer a participação da sociedade na gestão pública, o que contribui para que o país avance. Em Mato Grosso, o índice de transparência ficou em



Fotos: Divulgação

65,59% neste ano, enquanto no ano passado a marca foi de 56,72%. É um avanço significativo. Além disso, observamos melhoras em muitos portais, com aprimoramentos em 72,9% deles”, explicou o conselheiro.

Em sua fala durante a abertura do evento, o deputado Beto Dois a Um destacou o trabalho pedagógico desenvolvido pelo Tribunal de Contas a partir de cursos, orientações e outros projetos de capacitação para as diversas instituições de Mato Grosso, o que foi reiterado, na sequência, pelo presidente do TCE, conselheiro Sérgio Ricardo. “Não queremos ser apenas um órgão julgador. Por isso, temos trabalhado em parceria com os demais poderes para que todos avancem em eficiência”, disse o presidente.

“Fomos evoluindo aos poucos e a missão é não retroceder. Na primeira edição, em 2022, recebemos o Selo Prata. São dois anos com o Selo Diamante, o que reforça o compromisso de manter a qualidade na prestação dos nossos serviços enquanto instituição”

PNTTP

O programa é liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pelos Tribunais de Contas dos estados e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação Brasileira de Tribunais de Contas de Municípios

(Abracom), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

A metodologia de avaliação é padronizada nacionalmente e conta com três etapas: autoavaliação, de responsabilidade da própria unidade gestora; validação dos portais que alcancem níveis de qualidade certificáveis, de responsabilidade dos tribunais de contas (acima de 75% dos 124 critérios) e divulgação dos resultados pelo Radar de Transparência Pública, de responsabilidade da Atricon.

Os selos de qualidade são concedidos de acordo com o índice alcançado pela instituição, podendo ser Prata (75% a 84%), Ouro (85% a 94) e Diamante (igual ou superior a 95%). ■

Defesa da Criança e do Adolescente

ALMT cria Frente Parlamentar que visa promover o enfrentamento aos riscos que violam os direitos do público infantojuvenil

Da Redação

A partir do Requerimento nº 459/2024 do deputado estadual Sebastião Rezende (União), a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) aprovou e criou a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, visando promover o enfrentamento aos riscos e dados que apontam o aumento de situações que ferem a violação da integridade e dos direitos do público infantojuvenil.

De caráter suprapartidário, a Frente Parlamentar é a associação de deputados destinada a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e de políticas públicas para o estado de Mato Grosso referentes a um determinado setor da sociedade.

Diante da votação favorável do requerimento em plenário, a Mesa Diretora já efetivou a criação e agora aguarda apenas

Drone Cuiabá / Reprodução

Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente já foi efetivada e aguarda a indicação dos membros

a indicação dos membros que integrarão a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, tendo como coordenador-geral o deputado Sebastião Rezende, que vem se esmerando em seu mandato em defender questões afetas ao bem-estar infantojuvenil.

Rezende enfatiza que, além da situação alarmante vivenciada no cotidiano envolvendo esse público, a proposta de criação dessa Frente Parlamentar é resultado da solicitação da presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lindacir Rocha Bernardon, efetivada ao seu gabinete parlamentar, bem como de forma oral durante sessão especial requerida por ele em razão da comemoração dos 34 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, em 11 de julho de 2024.

Justificando o requerimento, o parlamentar atesta que, em que pese a proteção à criança e ao adolescente ser uma garantia constitucional e ainda estar expressamente prevista no ECA, Mato Grosso, assim como o Brasil, enfrenta um grave quadro nas questões referentes à violência, às drogas e às doenças com as suas

crianças e adolescentes, especialmente quanto ao abuso e exploração sexual.

Nesse contexto, Rezende cita que a imprensa estadual noticiou recentemente que os pontos vulneráveis à exploração sexual infantil aumentaram mais de 480% entre 2017 e 2024 no estado de Mato Grosso, tendo localidades ou estabelecimentos nas rodovias federais como principais pontos críticos. Em âmbito estadual, assevera ainda a preocupação com os recorrentes casos de pedofilia registrados, sendo cometidos com mais frequência por pessoas próximas às crianças.


Vale ressaltar que Rezende foi o parlamentar que apresentou a propositura na Assembleia Legislativa do Estado almejando a proibição de nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas por pedofilia, no âmbito do estado de Mato Grosso. Ele também vem alertando para o perigo do tráfico infantil, propondo medidas legais que garantam a prevenção e a repressão desse delito, bem como a atenção às suas vítimas.

Ao expor a problemática, é importante mencionar que o crime sexual cometido

contra uma criança ou um adolescente pode ser a forma de violência mais aguda e covarde, pois inflige graves danos à vítima mais indefesa, por toda sua vida, desde a contaminação por síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA)-AIDS, gravidez, depressão e até o suicídio.

O deputado menciona ainda que milhares de crianças e adolescentes de Mato Grosso não têm acesso a direitos básicos e são afetados pela pobreza e pela dificuldade de acesso ao sistema de ensino regular. Nesse sentido, analisa que investir na formação de profissionais capacitados, na conscientização da população e na formação de políticas públicas integradas são passos essenciais para assegurar que cada criança e adolescente tenha suas necessidades atendidas e seus direitos respeitados.

“Não podemos ‘fechar os olhos’ para essa triste realidade. Precisamos de forma urgente repensar medidas efetivas de proteção às crianças e adolescentes. Essas foram algumas razões que me levaram a propor a presente Frente Parlamentar”, externou o deputado. ■



“Não podemos ‘fechar os olhos’ para essa triste realidade. Precisamos de forma urgente repensar medidas efetivas de proteção às crianças e adolescentes. Essas foram algumas razões que me levaram a propor a presente Frente Parlamentar”

Mato Grosso recebe R\$ 240 mil em recursos

O valor será destinado à implementação dos Núcleos de Gestão e Regulação e ao fomento de 30% do valor dos planos de ação regionais aprovados

Da Redação

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, apresentou no dia 10 de dezembro, durante a XVI Reunião do Fórum Nacional dos Governadores, em Brasília, os avanços da nova fase do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE). A iniciativa marca a modernização do Sistema Único de Saúde (SUS) com foco na redução de filas, maior eficiência no atendimento e integração entre as atenções primária e especializada.

Na reunião foram assinados os Planos de Ação Regional (PARs) propostos por entes federados e aprovados pelo Ministério da Saúde. Até o momento, foram enviados 136 planos de ação regionais, abrangendo 167,9 milhões de habitantes.

Depois da aprovação dos Planos, vem a etapa seguinte para a concretização do programa: a implantação dos Núcleos de Gestão e Regulação,

que têm como objetivo apoiar a implementação dos dispositivos que estruturarão o programa nas localidades, a da telessaúde, que vai tornar o atendimento mais eficiente, integrado e digital. Para 2024, Mato Grosso receberá R\$ 240 mil, parte dos R\$ 557,8 milhões que serão repassados aos gestores para a implementação dos Núcleos e 30% do valor dos planos de ação aprovados.


O PMAE traz inovações como a incorporação de um modelo de remuneração baseado no cuidado integral, que prioriza o paciente. Para isso, estão sendo investidos R\$ 2,4 bilhões nas áreas de oncologia, cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e ortopedia. A nova etapa também aproveita a experiência bem-sucedida do Programa Nacional de Redução de Filas (PNRF) e conta com um investimento de R\$ 1,2 bilhão para as cirurgias eletivas.

“O Programa Mais Acesso a Espe-

cialistas busca reduzir o tempo de espera e melhorar o atendimento à população. Essa é uma construção coletiva, fruto da parceria com secretários de Saúde estaduais e municipais, governadores e gestores do SUS. É um trabalho integrado que reflete a dedicação de toda a equipe do Ministério da Saúde”, destacou Nísia Trindade.

INTEGRAÇÃO DIGITAL E PRAZOS MAIS CURTOS

Outro destaque mencionado é a transformação digital do SUS, com o uso intensivo de telessaúde e teleinterconsultas para conectar a atenção primária à especializada. “Estamos



O programa visa modernizar o SUS com foco na redução de filas e maior eficiência



“O Programa Mais Acesso a Especialistas busca reduzir o tempo de espera e melhorar o atendimento à população. Essa é uma construção coletiva, fruto da parceria com secretários de Saúde estaduais e municipais, governadores e gestores do SUS. É um trabalho integrado que reflete a dedicação de toda a equipe do Ministério da Saúde”

trabalhando para integrar os dados de saúde em uma rede nacional. Essa transição tecnológica vai permitir um monitoramento mais eficiente e reduzir problemas como o absenteísmo nas consultas, garantindo um sistema mais ágil e acessível”, explicou Nísia.

O PMAE foca em especialidades que historicamente enfrentam gargalos no sistema de saúde, como a oncologia, cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e ortopedia. O objetivo é oferecer prazos mais curtos para diagnóstico e tratamento. “Na oncologia, por exemplo, a oferta integrada incluirá consulta médica, biópsias e exames necessá-

rios, garantindo a continuidade do cuidado e integrando o programa de redução de filas para cirurgias eletivas”, destacou Nísia.

ADESÃO EM TODO O PAÍS

O Mais Acesso a Especialistas já alcançou adesão de 100% dos estados e do Distrito Federal, além de 97,9% dos municípios.

Conforme lembrou a ministra, o programa é inspirado em modelos internacionais, como os do Canadá e da Espanha, e representa um avanço significativo na oferta de cuidados de saúde especializados, promovendo qualidade, acessibilidade e eficiência para a população brasileira. ■

Diálogo com produtores culturais do Centro-Oeste

Evento integra atividades da última reunião da CNIC do ano e objetiva aproximar agentes culturais regionais do processo de incentivo fiscal

Da Redação

O Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural (Sefic), realizou, no dia 11 de dezembro, o Fórum de Incentivo à Cultura. O evento integra as atividades da 351ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) e tem como objetivo aproximar representantes e agentes culturais regionais do processo de incentivo fiscal da Lei Rouanet. A última CNIC do ano, de caráter itinerante, ocorreu de 11 a 13 de dezembro em Brasília (DF).

Durante a solenidade, Márcio Tavares, secretário-executivo do MinC, destacou a importância da retomada das políticas de fomento cultural e da construção de estratégias para ampliar a capilaridade da Lei Rouanet. "Esse instrumento foi injustamente criminalizado, mas continua sendo essencial para a sobrevivência de instituições culturais. Estamos expandindo seu alcance para regiões e segmentos historicamente excluídos, como favelas e comunidades do Norte e Nordeste", afirmou.

Ele também ressaltou o esforço de

reconstrução da credibilidade da Lei Rouanet, defendendo a democratização do acesso aos incentivos e a valorização da participação social como pilares para integrar a cultura e a economia criativa ao desenvolvimento do país.

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, enfatizou a democratização da Lei Rouanet como uma política que prioriza os interesses das comunidades e territórios, e alinha-se ao "espírito democrático" do Ministério da Cultura. Ele também elogiou os esforços de servidores e instituições como Iphan, Funarte e Palmares na popularização da cultura e na consolidação das políticas públicas como um direito de Estado. "A cultura merece dignidade, robustez e consolidação como política de Estado", afirmou.

O evento, que contou com a presença de cerca de 300 inscritos, ofereceu salas temáticas para debates setoriais sobre artes cênicas, artes visuais, música, audiovisual, humanidades e patrimônio cultural. Durante as discussões, os participantes compartilharam experiências sobre o mecanismo de incentivo fiscal

federal e trocaram conhecimentos sobre a atuação da CNIC.

Uma palestra também foi realizada, ministrada pelo secretário Henilton Menezes, com a apresentação de informações detalhadas sobre os aspectos orçamentários e específicos da Lei Rouanet, voltadas para agentes culturais de diversas regiões do Brasil. Além da marca recorde de mais de 19,1 mil propostas recebidas em 2024, Menezes também destacou ao público a criação e avanço de outros programas de fomento, como o Rouanet Norte, o Rouanet Nordeste, Rouanet da Juventude, que formam jovens como novos agentes culturais, e o mais recente, a ampliação da Rouanet nas Favelas.

SESILAB

A gerente de Desenvolvimento Institucional do Sesi Lab, Cândida Oliveira, destacou a importância da Lei Rouanet para a trajetória do Museu de Arte, Ciência e Tecnologia, explicando como o mecanismo de incentivo à cultura é essencial





A CNIC Itinerante é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) que promove a troca de conhecimento entre agentes culturais de diversas regiões

"A Lei Rouanet é fundamental para que o Sesi Lab continue promovendo a integração entre arte, ciência e tecnologia. Sem esse apoio, projetos como o nosso teriam dificuldades em alcançar a sociedade e cumprir seu papel de transformar o acesso à cultura no Brasil"

para a existência e permanência do espaço. O Sesi Lab sedia o fórum cultural neste ano.

"A Lei Rouanet é fundamental para que o Sesi Lab continue promovendo a integração entre arte, ciência e tecnologia. Sem esse apoio, projetos como o nosso teriam dificuldades em alcançar a sociedade e cumprir seu papel de transformar o acesso à cultura no Brasil", afirmou. Além dela, participou do ato a superintendente de Cultura do Sesi Nacional, Cláudia Ramalho.

Fundado em 2022, o Sesi Lab está localizado no Setor Cultural Sul (SCS), em Brasília, e realiza exposições artísticas e diversas ações culturais na capital e, de forma itinerante, em outras regiões do Brasil.

CNIC ITINERANTE

A CNIC Itinerante é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) que visa promover a troca de experiências entre comissários e agentes culturais de dife-

rentes regiões do país, além de aprimorar o uso do incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Em 2024, a Comissão já visitou os estados do Espírito Santo, Mato Grosso e Ceará.

Composta por 21 representantes da sociedade civil de diversas áreas culturais e por sete autarquias vinculadas ao MinC — incluindo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Agência Nacional do Cinema (Ancine) —, a CNIC tem como objetivo subsidiar o Ministério nas decisões relacionadas à Lei Rouanet. O presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados também integra a comissão.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, preside a CNIC, e o secretário de Economia Criativa e Fomento Cultural, Henilton Menezes, ocupa a suplência. ■



ABASTECEU O CARRO?

PEÇA CPF NA NOTA

CONCORRA A PRÊMIOS E GANHE DESCONTO NO IPVA

R\$ **900** MIL *EM PRÊMIOS TODO MÊS*



mt.gov.br



govmatogrosso



**Governo de
Mato
Grosso**